

**CHAMADA PÚBLICA MCTI/SECIS/FINEP/FNDCT – Cooperação ICT-Empresa –  
TECNOLOGIA ASSISTIVA – 01/2013**

**SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS COOPERATIVOS ENTRE INSTITUIÇÕES DE  
PESQUISA CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS (ICTs) E EMPRESAS PARA O  
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO E INOVAÇÃO EM TECNOLOGIA ASSISTIVA**

**1. OBJETIVO**

Selecionar propostas para apoio financeiro a projetos cooperativos entre Instituições de Pesquisa Científicas e Tecnológicas (ICTs) e empresas brasileiras, visando o desenvolvimento de tecnologias voltadas para pessoas com deficiência, idosas e com mobilidade reduzida, que contemplem um dos temas abaixo:

Tema A: Desenvolvimento tecnológico de produtos assistivos definidos no ANEXO 1 deste Edital, que integram as compras governamentais dos Ministérios da Saúde e da Educação, priorizados segundo os critérios de ausência de tecnologia similar nacional, custo elevado para aquisição, ausência de oferta no mercado interno ou disponibilidade reduzida de fornecedores nacionais. Os projetos deverão ter como resultado a demonstração de viabilidade de fabricação dos produtos assistivos em território nacional e com preço final compatível com o produto importado, contribuindo dessa forma para substituição das importações e para ampliação do acesso aos recursos de tecnologia assistiva.

Tema B: Desenvolvimento tecnológico de produtos assistivos com a mesma função daqueles citados no Tema A, porém que se constituam, obrigatoriamente, em uma solução inovadora e diferenciada da descrita no ANEXO 1 e que possibilitem vantagem técnica e/ou econômica.

Tema C: Pesquisa e/ou desenvolvimento tecnológico de produtos inovadores, incluindo métodos e técnicas, destinados a promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Incluem-se neste Tema, exclusivamente, as seguintes categorias de Tecnologia Assistiva, cujos produtos não se enquadrem nos temas anteriores: Comunicação Aumentativa e Alternativa; Sistemas de Controle de Ambiente; Adequação Postural; Adaptações em Veículos; Esporte e Lazer.

Segundo a Lei nº 10.973/2004, inovação constitui-se na introdução de novidade ou aperfeiçoamento no ambiente produtivo ou social que resulte em novos produtos, processos ou serviços.

## 2. RECURSOS FINANCEIROS A SEREM CONCEDIDOS PELA FINEP/FNDCT

No âmbito desta Chamada Pública serão comprometidos recursos não reembolsáveis do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

Dos recursos financeiros a serem concedidos, 30% deverão ser aplicados nas regiões Norte (N), Nordeste (NE) e Centro-Oeste (CO). Para efeitos deste cálculo, será considerada a Unidade Federativa da Instituição Executora Principal. Caso o valor total das propostas selecionadas para aprovação, oriundas dessas regiões, seja inferior a esse percentual, os recursos não aplicados serão automaticamente transferidos às propostas com melhor classificação de outras regiões.

A liberação dos recursos somente ocorrerá em conformidade com a disponibilidade orçamentária e financeira do FNDCT/Fundos Setoriais, obedecidos os valores e o cronograma de desembolso aprovados pela FINEP, assim como as condições contratuais pertinentes à referida liberação.

A FINEP poderá financiar os recursos financeiros alocados pelas empresas ao projeto como aporte obrigatório (ver item 5.1), assim como os recursos financeiros necessários às atividades relacionadas ao projeto e que serão desenvolvidas pelas próprias empresas. Para esse fim, está sendo disponibilizado R\$ 100.000.000,00 (cem milhões de reais) para operações de crédito (financiamento reembolsável), conforme condições previstas no Programa Inova Brasil ([www.finep.gov.br/inovabrasil](http://www.finep.gov.br/inovabrasil)).

## 3. ARRANJO INSTITUCIONAL E ELEGIBILIDADE DAS INSTITUIÇÕES

A proposta deverá caracterizar-se como um projeto de efetiva parceria entre a(s) ICT(s) e a(s) empresa(s) brasileira(s) e o arranjo institucional deverá ser composto obrigatoriamente por:

- a) Uma **Instituição Proponente**, que será responsável pela execução gerencial e financeira do projeto, e poderá ser:
- ICT pública;
  - ICT privada sem fins lucrativos;
  - Fundação de Apoio a uma ICT.

Após a assinatura do instrumento, a Instituição Proponente será denominada Instituição Conveniente.

**Instituição de Pesquisa Científica e Tecnológica** é todo órgão ou entidade da administração pública ou entidade privada sem fins lucrativos que tenha como missão

institucional, dentre outras, executar atividades de pesquisa básica ou aplicada de caráter científico ou tecnológico.

As instituições proponentes privadas sem fins lucrativos somente poderão participar da presente Chamada Pública se tiverem no mínimo três anos completos de existência, em observância ao disposto no art. 55, inciso VII, da Lei 12.708/12, de 17/8/2012 – LDO 2013, tomando como referência a data prevista para divulgação final dos resultados desta Chamada Pública.

As Instituições Federais devem ser integrantes do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI).

b) No mínimo, uma **Instituição Executora**, que será responsável pela coordenação e execução técnica do projeto, e poderá ser:

- ICT pública;
- ICT privada sem fins lucrativos.

No caso de existir mais de uma Executora, a Instituição Executora Principal será a responsável pela coordenação técnica do projeto. O coordenador geral do projeto deve pertencer ao quadro permanente da Instituição Executora Principal.

c) No mínimo, uma **Instituição Interveniente Cofinanciadora** (empresa brasileira), que poderá se apresentar individualmente ou em associação com outras empresas brasileiras, desde que:

- Pelo menos uma delas esteja interessada em produzir e comercializar o(s) produto(s) desenvolvido(s) no projeto.
- Todas participem do projeto com aporte de recursos financeiros e/ou não financeiros;
- Todas tenham efetuado alguma atividade operacional no ano de 2012 (a análise será realizada com base na DRE do exercício de 2012, conforme ANEXO 2).
- Todas apresentem situação econômico-financeira satisfatória (a análise será realizada com base nos Demonstrativos Contábeis dos três últimos exercícios financeiros, contemplando no mínimo Balanço Patrimonial e DRE, conforme ANEXO 2).
- Todas tenham objeto social, na data de divulgação do presente Edital, que contemple atividade operacional relevante para o objetivo da proposta.

**Empresa brasileira** é toda organização econômica, instituída para a produção ou a circulação de bens ou de serviços, com finalidade lucrativa, constituída sob as leis brasileiras, que tenha a sede de sua administração no país e que esteja devidamente registrada na Junta Comercial ou no Registro Civil das Pessoas Jurídicas (RCPJ).

Solicita-se que todas as instituições intervenientes cofinanciadoras se cadastrem no Portal Empresa (<https://inovaempresa.finep.gov.br/registro.xhtml>).

#### 4. CARACTERÍSTICAS DA PROPOSTA

A proposta deverá:

- a) Descrever o produto que será desenvolvido com detalhamento suficiente para entendimento do Comitê de Avaliação.
- b) Apresentar objetivamente a metodologia científica a ser utilizada na pesquisa e/ou no desenvolvimento tecnológico.
- c) Apresentar cronograma físico coerente com a metodologia gerencial de execução e com a metodologia científica da pesquisa e/ou do desenvolvimento tecnológico, que contenha metas e atividades que claramente conduzam ao alcance do objetivo definido para o projeto;
- d) Prever a execução de atividades relacionadas à avaliação, certificação e validação necessárias para a comercialização do produto final.
- e) Indicar claramente quais atividades do cronograma serão custeadas com recursos solicitados à FINEP/FNDCT, com recursos da contrapartida e com aportes da empresa.
- f) Indicar claramente quais os membros da equipe executora serão custeados com recursos solicitados à FINEP/FNDCT, com recursos da contrapartida e com aporte da empresa, destacando quais são os membros da equipe executora própria da empresa.
- g) Informar a motivação da empresa para participar do projeto, descrever as estratégias de PD&I e de negócio das empresas, incluindo a estratégia para comercialização do produto proposto, e informar ainda quanto à capacidade da(s) empresa(s) para produzir e comercializar o produto final.

##### 4.1. Valor Solicitado à FINEP/FNDCT

O valor total solicitado à FINEP/FNDCT em cada proposta deverá, obrigatoriamente, enquadrar-se entre o mínimo de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) e o máximo de R\$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais).

O valor total solicitado à FINEP/FNDCT consiste no somatório do valor do projeto (despesas correntes e de capital) com o valor solicitado para bolsas do CNPq.

**Valor total FINEP/FNDCT = Valor do projeto + Valor das bolsas CNPq**

## 4.2. Despesas Apoiáveis com Recursos FINEP/FNDCT

Poderão ser apoiadas, em observância à legislação em vigor à época da aprovação do projeto, as seguintes despesas:

- a) **Despesas Correntes**, tais como: material de consumo; *softwares*; instalação e manutenção de equipamentos; despesas acessórias com importação (limitadas a 20% do valor total dos itens importados); serviços de terceiros prestados por Pessoa Física (desde que apresentem caráter eventual e limitados a três pagamentos por exercício); serviços de terceiros prestados por Pessoa Jurídica (desde que não se caracterizem como subcontratação do desenvolvimento das principais atividades do projeto); pagamento de pessoal; despesas de patenteamento ou registro de *software*; adaptação de espaço físico (desde que necessária para o desenvolvimento do projeto e que não se caracterize como obra ou reforma).

A soma dos valores totais dos elementos de despesa Pagamento de pessoal e Serviços de Terceiros (Pessoa Física e Pessoa Jurídica) devem estar limitados a 50% do valor do projeto (despesas correntes e de capital).

No caso de pagamento a servidores públicos no âmbito do projeto, com **quaisquer fontes de recursos**, devem ser observados todos os requisitos de excepcionalidade presentes na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente para aquele ano.

- b) **Despesas de Capital**, tais como: equipamento, material permanente e material bibliográfico.
- c) **Despesas Operacionais e Administrativas**: O projeto poderá solicitar a cobertura de despesas operacionais e administrativas, de caráter indivisível, respaldadas na Lei nº 10.973/04, denominada “Lei da Inovação”, até o limite de 5% do valor do projeto (despesas correntes e de capital).
- d) **Bolsas CNPq**: O projeto poderá prever, em até 30% do valor total solicitado à FINEP/FNDCT, as seguintes modalidades de bolsas relacionadas abaixo.
- Desenvolvimento Tecnológico e Industrial (DTI);
  - Iniciação Tecnológica e Industrial (ITI);
  - Especialista Visitante (EV);
  - Extensão no País (EXP);
  - Apoio Técnico em Extensão no País (ATP);
  - Fixação e Capacitação de Recursos Humanos - Fundos Setoriais (SET).

As bolsas serão implementadas pelo CNPq de acordo com as características de cada uma e segundo suas normas e procedimentos.

#### 4.3. Prazo de Execução

O prazo máximo de execução do projeto deverá ser de 24 (vinte e quatro) meses.

### 5. RECURSOS A SEREM DESTINADOS AO PROJETO

É obrigatório o aporte de recursos financeiros e/ou não financeiros por parte da(s) Instituição(ões) Interveniente(s) Cofinanciadora(s).

Considera-se recurso financeiro todo recurso em espécie depositado na conta corrente bancária especificamente criada para esta finalidade, que será administrada pela Instituição Proponente/Conveniente, destinado exclusivamente ao desenvolvimento do projeto.

Os recursos não financeiros deverão ser economicamente mensuráveis, podendo ser considerados como tal recursos humanos (horas de trabalho), insumos necessários ao desenvolvimento dos protótipos/provas de conceito, horas de máquinas, material de consumo, hospedagem e transporte dos profissionais envolvidos no projeto.

Os recursos a serem alocados pela FINEP, bem como os de contrapartida e de outros aportes, não poderão ser destinados em qualquer montante e para qualquer finalidade às empresas (Instituições Intervenientes Cofinanciadoras).

#### 5.1. Aporte Obrigatório da Instituição Interveniente Cofinanciadora (Empresa Brasileira)

O aporte obrigatório deve obedecer aos percentuais definidos na tabela a seguir, de acordo com o porte da empresa.

PORTE DA EMPRESA	RECEITA OPERACIONAL BRUTA DE 2012	APORTE MÍNIMO
Microempresa	Até R\$ 3.600.000,00	5%
Pequena	De R\$ 3.600.000,01 a R\$ 16.000.000,00	10%
Média	De R\$16.000.000,01 a R\$ 90.000.000,00	50%
Média-grande	De R\$ 90.000.000,01 a R\$ 300.000.000,00	70%
Grande	Acima de R\$ 300.000.000,00	100%



**Observações:**

- (i) Os percentuais de aporte mínimo incidem sobre o valor total solicitado à FINEP/FNDCT.
- (ii) Para definição do porte econômico da empresa, será considerada a Receita Operacional Bruta (ROB) do ano de 2012, conforme Demonstração de Resultados do Exercício (DRE) 2012.
- (iii) Caso haja a participação de mais de uma empresa na proposta, cada uma delas deverá apresentar o respectivo aporte mínimo, conforme seu porte.
- (iv) O aporte mínimo na forma financeira se constituirá em item de pontuação na etapa de Avaliação da Proposta desde que apresentado por todas as empresas.
- (v) O valor oferecido pela empresa acima do aporte mínimo será considerado aporte voluntário.

## **5.2. Contrapartida Obrigatória (LDO 2013)**

De acordo com o disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2013, será exigida a apresentação de contrapartida financeira nos convênios que vierem a ser firmados com Instituições Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, nos percentuais mínimos e máximos sobre o valor total concedido, conforme subitens abaixo.

No caso de entes integrantes de conta única poderão ser consideradas contrapartida financeira as despesas com recursos humanos (horas de trabalho) alocados no projeto. A proposta deverá detalhar as bases de mensuração desta contrapartida, ou seja, deve informar o nome, CPF, tempo de dedicação mensal ao projeto (em horas), e valor da hora dos membros participantes.

### **5.2.1. Instituições Municipais**

- a) Municípios com até 50.000 habitantes .....2-4%
- b) Municípios acima de 50.000 habitantes localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e na Região Centro Oeste – SUDECO.....4- 8%
- c) Demais Municípios ..... 8-20%

### **5.2.2. Instituições Estaduais e do Distrito Federal**

- a) Estados e Distrito Federal, localizados nas áreas prioritárias definidas no âmbito da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - PNDR, nas áreas da SUDENE e da SUDAM e na Região Centro-Oeste – SUDECO.....5-10%
- b) Demais Estados .....10-20%

### **5.2.3. Instituições Proponentes Isentas de Contrapartida**

Não é exigida contrapartida de órgão ou entidade da Administração Pública Federal, direta ou indireta, e de Instituições privadas sem fins lucrativos.

## **6. APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

A proposta deverá ser enviada à FINEP através da Internet, até a data e horário limites estabelecidos no item 11, por meio do Formulário de Apresentação de Propostas - FAP específico para esta Chamada Pública, disponível no endereço [www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br).

Adicionalmente, é obrigatório o envio de uma cópia impressa do FAP à FINEP, assinada pelos representantes legais de todas as instituições envolvidas e pelo coordenador da Instituição Executora Principal do projeto, para comprovação dos compromissos estabelecidos. A proposta deverá ser impressa em papel A4 e apresentada sem nenhum tipo de encadernação ou grampeamento. É obrigatório que a cópia impressa seja igual à enviada por meio eletrônico.

A Instituição Proponente deverá enviar junto com o FAP os documentos listados no ANEXO 2 deste Edital.

À cópia impressa, poderão ser anexados outros documentos e informações considerados relevantes para análise do projeto, até o limite total de 10 (dez) páginas. Os documentos solicitados neste edital não serão contabilizados neste limite.

A documentação poderá ser entregue diretamente no Protocolo da FINEP/RJ, no endereço abaixo indicado, ou remetida via postal, mediante registro e com comprovante da postagem até o prazo limite para envio da documentação impressa estabelecido no item 11 desta Chamada Pública, devendo constar no envelope a seguinte identificação:

**CHAMADA PÚBLICA MCTI/SECIS/FINEP/FNDCT**  
**Cooperação ICT-Empresa – TECNOLOGIA ASSISTIVA – 01/2013**

(sigla proponente)/(sigla executor)/(sigla projeto)  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
Praia do Flamengo, 200, 3º andar – Protocolo  
22210-065 – Rio de Janeiro – RJ

Após o prazo limite, nenhuma outra proposta será recebida, assim como não serão aceitos adendos ou esclarecimentos que não forem solicitados pela FINEP.



## 7. PROCESSO DE SELEÇÃO

O processo de seleção das propostas será realizado em duas etapas:

- Etapa 1: Pré-Qualificação;
- Etapa 2: Avaliação da Proposta.

A critério da FINEP, em qualquer etapa de análise da proposta, poderão ser solicitados esclarecimentos e documentos adicionais, não isentando, no entanto, as instituições da obrigação do envio tempestivo das informações e documentos exigidos nesta Chamada Pública, podendo a proposta sofrer ajustes quanto ao seu escopo e orçamento. As informações adicionais solicitadas deverão ser enviadas à FINEP no prazo máximo de cinco dias úteis, por serviço de envio expresso, sob pena de eliminação da proposta do processo seletivo.

### 7.1. Pré-Qualificação

Esta etapa é eliminatória e consiste na verificação dos requisitos a seguir:

Requisitos		Verificação do Item do Edital
1	Elegibilidade das instituições partícipes	Item 3
2	Atendimento aos valores limites solicitados à FINEP/FNDCT	Item 4
3	Atendimento aos valores mínimos de contrapartida e de aporte obrigatórios	Item 5
4	Apresentação da documentação solicitada conforme ANEXO 2	Item 6
5	Atendimento aos prazos estabelecidos	Item 11

### 7.2. Avaliação da Proposta

Esta etapa é de caráter classificatório e eliminatório e será realizada por um Comitê de Avaliação formado por analistas da FINEP e por consultores externos, com base nos seguintes critérios:

CRITÉRIOS		NOTAS	PESO
1	Grau de aderência do produto proposto aos objetivos da Chamada Pública	<b>0 a 5</b>	<b>5</b>
2	Relevância da proposta para o público alvo	<b>0 a 5</b>	<b>4</b>
3	Viabilidade da execução do projeto (adequação das metas físicas, atividades, indicadores físicos, orçamento e prazos) e da metodologia proposta para a execução dos objetivos do projeto.	<b>0 a 5</b>	<b>3</b>
4	Alinhamento entre os objetivos da proposta e a estratégia de negócio da(s) empresa(s).	<b>0 a 5</b>	<b>2</b>
5	Qualificação, experiência e dedicação da equipe executora própria da(s) empresa(s) e da(s) ICT(s) para o desenvolvimento das atividades propostas.	<b>0 a 5</b>	<b>2</b>
6	Adequação da infraestrutura física da(s) ICT(s) e da(s) empresa(s) para execução das atividades propostas.	<b>0 a 5</b>	<b>1</b>
7	Apresentação de aporte mínimo obrigatório unicamente na forma financeira por todas as empresas.	<b>0 ou 5</b>	<b>2</b>

Serão recomendadas nesta etapa apenas as propostas que obtiverem média ponderada igual ou superior a 3,0 (três pontos) e que não tiverem nenhuma nota igual a zero nos critérios de 1 a 6.

Em caso de empate de projetos de duas unidades da federação prevalecerá o projeto da Unidade Federativa – onde estiver localizada a Instituição Executora Principal – com o menor PIB per capita, conforme último censo do IBGE.

As propostas recomendadas nesta etapa serão ranqueadas em ordem decrescente de notas e apenas as propostas situadas dentro do limite de recursos disponíveis para esta Chamada serão submetidas à análise detalhada, quanto aos seguintes aspectos:

a) técnicos, tais como: a adequação do cronograma físico (metas, atividades, indicadores de execução, prazos), adequação do orçamento aos valores de mercado e aos normativos da FINEP (relação de itens) e cronograma de desembolso.

b) jurídicos: verificação da documentação necessária à contratação e a adequação à legislação vigente, de acordo com o presente instrumento convocatório.

c) de crédito: verificação da situação econômico-financeira e atividade operacional da Instituição Interveniente Cofinanciadora.

Serão eliminadas as propostas que apresentem itens que não atendam às disposições gerais da Chamada Pública ou da legislação vigente, ainda que tenham sido objeto de análise e recomendação em etapa anterior.

## **8. DELIBERAÇÃO**

As propostas recomendadas na forma dos itens 7.1 e 7.2 serão submetidas à apreciação da Diretoria da FINEP para deliberação e posterior divulgação dos resultados preliminares das Etapas 1 e 2.

Caso haja uma maior disponibilidade de recursos orçamentários e financeiros do Governo Federal, outras propostas recomendadas na Etapa 2 – Avaliação da Proposta poderão ser contempladas.

## **9. RESULTADOS**

Os resultados preliminar e final de cada etapa serão divulgados no Portal da FINEP ([www.finep.gov.br](http://www.finep.gov.br)) nas datas estabelecidas no cronograma (item 11).

Adicionalmente, na Etapa 1– Pré-Qualificação e na Etapa 2 – Avaliação da Proposta, as justificativas que embasaram a decisão de eliminação preliminar e final da proposta em cada etapa serão enviadas por mensagem eletrônica para o endereço eletrônico da instituição proponente cadastrado como contato no FAP.

Em ambas as etapas, caberá às instituições proponentes a verificação dos resultados divulgados no Portal da FINEP para atendimento aos prazos estabelecidos neste Edital, devendo comunicar-se imediatamente com a FINEP, pelo envio de mensagem eletrônica para o endereço [tecnologia.assistiva@finep.gov.br](mailto:tecnologia.assistiva@finep.gov.br), caso a instituição proponente não receba as justificativas citadas acima nas datas estabelecidas no cronograma.

O resultado final da Chamada Pública também será divulgado no Diário Oficial da União.

## **10. RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

Após a divulgação dos resultados preliminares das Etapas 1 e 2, eventual recurso administrativo a ser apresentado à FINEP contra o resultado, com exposição dos fundamentos do pedido de reexame, deverá ser enviado para o endereço [tecnologia.assistiva@finep.gov.br](mailto:tecnologia.assistiva@finep.gov.br), utilizando exclusivamente o endereço eletrônico do contato da instituição proponente, que foi informado no respectivo campo do FAP. O recurso deverá vir como anexo à mensagem eletrônica, devendo ser obrigatoriamente um arquivo com extensão .pdf. Será efetuada pela FINEP a

confirmação do recebimento do recurso, e caso a proponente não a receba, deverá comunicar-se imediatamente com a FINEP, pelo envio de mensagem eletrônica para o endereço [tecnologia.assistiva@finep.gov.br](mailto:tecnologia.assistiva@finep.gov.br).

Será aceito somente um único recurso por projeto e por etapa, e no texto do pedido de recurso não serão aceitas informações adicionais de qualquer natureza que modifiquem a proposta original, nem o envio de documentos complementares àqueles originalmente encaminhados, exceto se tiverem sido solicitados pela FINEP.

O prazo para envio do recurso é de até 10 (dez) dias corridos a contar da data de divulgação do resultado de cada etapa no sítio eletrônico da FINEP.

Recursos apresentados por meio diverso do estabelecido ou fora dos prazos definidos não serão conhecidos.

## 11. CRONOGRAMA

<b>Lançamento da Chamada Pública</b>	03/12/2013
<b>Apresentação da proposta</b>	
Disponibilização do formulário eletrônico (Formulário de Apresentação de Propostas - FAP)	10/12/2013
Término do prazo para envio eletrônico do FAP (até às 17h00 - horário de Brasília)	12/02/2014
Término do prazo para entrega direta na FINEP (até às 17h00 - horário de Brasília) ou para postagem da documentação impressa	14/02/2014
<b>Etapa 1 - Pré-Qualificação</b>	
Divulgação do resultado preliminar da Etapa 1	25/03/2014
Término do prazo para envio eletrônico de recurso à Etapa 1	04/04/2014
Divulgação do resultado final da Etapa 1	30/04/2014
<b>Etapa 2 - Avaliação da Proposta</b>	
Divulgação do resultado preliminar da Etapa 2	20/05/2014
Término do prazo para envio eletrônico de recurso à Etapa 2	30/05/2014
<b>Resultado Final</b>	
Divulgação do resultado final da Chamada Pública	A partir de 26/06/2014

## 12. CONTRATAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

As condições para a contratação de cada projeto serão definidas na respectiva Decisão da Diretoria Executiva da FINEP. Eventuais solicitações efetuadas pela FINEP à Instituição

Proponente necessárias à contratação da operação (condições pré-contratuais) deverão ser atendidas no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento da proposta.

A minuta de instrumento assinada pelos representantes legais das Instituições Participantes, exceto a Concedente, deverá ser entregue à FINEP no prazo máximo de 15 (quinze) dias a contar do seu recebimento. O não cumprimento do prazo poderá acarretar o arquivamento da proposta.

A FINEP somente considerará a execução financeira de contrapartida, dos aportes e de recursos da FINEP como gastos do projeto, a partir da data da assinatura do instrumento pelo concedente.

Constarão como cláusulas para liberação da primeira parcela dos recursos:

a) A apresentação de parecer emitido por um Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), registrado na Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), aprovando o projeto apresentado à FINEP ou de uma declaração de desnecessidade assinada pelo representante legal da Instituição Proponente/Conveniente, conforme Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

b) A comprovação do credenciamento da instituição responsável por atividades de pesquisa científica com animais pertencentes ao filo Chordata, subfilo Vertebrata, exceto o homem, no Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal – CONCEA, conforme Lei 11.794/08, Decreto 6.899/09 e Resolução Normativa nº 9, de 8 de Janeiro de 2013 do CONCEA, quando aplicável.

Outras cláusulas para liberação de recursos poderão constar no instrumento, a critério da FINEP e conforme especificidade de cada proposta.

### **13. ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO**

O acompanhamento técnico e financeiro dos projetos apoiados será realizado pela FINEP ou por entidade designada, por meio de apresentação de relatórios técnicos, visitas de acompanhamento, reuniões técnicas ou outros mecanismos de avaliação, a critério da FINEP em coordenação com o Comitê Interministerial de Tecnologia Assistiva.

### **14. PRAZO DA CHAMADA PÚBLICA**

O prazo de validade desta Chamada Pública é de 12 (doze) meses.

## **15. DISPOSIÇÕES GERAIS**

**15.1. Base Legal:** Ação nº 21.3.2 - Chamada Pública para o Desenvolvimento Tecnológico e Inovação em Tecnologia Assistiva integrante da Prioridade Estratégica Nº IV – Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Social. Termo de Referência ASCOF/SEEXEC/MCTI assinado em 20/09/2013.

### **15.2. Revogação ou Anulação da Chamada Pública**

A qualquer tempo, a presente Chamada Pública poderá ser revogada ou anulada, no todo ou em parte, por motivo de interesse público ou exigência legal, sem que isso implique em direito a indenização ou reclamação de qualquer natureza.

A FINEP reserva-se o direito de resolver os casos omissos e as situações não previstas na presente Chamada Pública.

## **16. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Esclarecimentos acerca do conteúdo desta Chamada Pública poderão ser obtidos através do Serviço de Atendimento ao Cliente FINEP – SEAC – pelo correio eletrônico [seac@finep.gov.br](mailto:seac@finep.gov.br), ou pelo telefone (21) 2555-0555.

Rio de Janeiro, 03 de dezembro de 2013

---

GLAUCO ANTONIO TRUZZI ARBIX  
Presidente  
Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP